

A borduna do Imperador: coleções Iny-Karajá, Amazônia e as fronteiras da nação no século XIX.¹

Rafael Santana Gonçalves de Andrade²

A borduna Iny-Karajá³ me apareceu primeiro como um número de acervo, antes de finalmente encontrá-la de fato, em madeira maciça, conhecer o peso e poder observar os detalhes do grafismo no cabo. Antes me foi apresentada pela linguagem administrativa do museu: VB 753, como se apresenta nas listagens do Ethnologisches Museum Berlin (EMB) ou Museu de Etnologia de Berlim, em português. Entre fichas, bases de dados e livros antigos de controle, esse código funcionou como chave de acesso, compondo justificativa e objeto de projeto de pesquisa. E foi por meio do código que a borduna pode ser localizada no interior de uma coleção muito mais ampla, formada por centenas de conjuntos Iny-Karajá reunidos em diferentes momentos desde o século XIX, por diferentes pesquisadores, e hoje guardados nas reservas técnicas do antigo projeto etnológico alemão.

A pesquisa que me levou até a borduna era parte de um levantamento mais amplo da coleção Iny-Karajá do Museu de Etnologia de Berlim, realizado entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023, cujo objetivo era localizar coleções de povos indígenas do Brasil, conferir metadados, produzir registros fotográficos e reunir informações dispersas sobre as coleções salvaguardadas pela instituição (Andrade, 2024).

Encontrei a ficha da borduna envelhecida pelo tempo e marcada por diferentes camadas de registro, mas suficiente para apresentar em poucos campos uma história longa e fragmentada. No alto, lê-se o número de catálogo: VB 753; ao lado, o número da lista original: 29; mais à direita, o número da ata: 1573/83, importante para acessar mais informações nos *Hauptkatalog-Amerikanische Ethnologie*, os catálogos principais da Etnologia Americana, digitalizados pelo Museu de Etnologia de Berlim. O nome indígena (*Einheimischer Name*, nome local) está escrito à mão: *Acanga pema*,

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

² Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Analista Técnico de Políticas Sociais, carreira descentralizada do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, atuando como Coordenador Geral de Apoio à Integração de Ações do Departamento de Gestão do Cadastro Único (DGCAD) da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

³ O povo Iny-Karajá ocupa historicamente uma zona de transição entre o cerrado e a floresta amazônica, na altura média do rio Araguaia, com aldeias instaladas nas fronteiras atuais entre os estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará.

Tanga pema. A classificação em alemão define como uma *Keule*, uma “borduna”, acompanhada da descrição de que se tratava de uma peça com ornamentação trançada. O campo da ficha que aparece à direita do nome indígena, denominado *Zeitalter* (Idade/era), registra a borduna como “moderna”. A procedência indicada como Carajá, situada entre os rios Tocantins e Araguaia. Na mesma ficha, o nome de Dr. Netto fica registrado no campo destinado ao coletor ou doador. O que à primeira vista se apresenta apenas uma sequência de informações museológicas — número, nome, objeto, origem, ata, doador — tornava-se, diante da peça, parte dos vestígios e rastros de uma rede mais ampla de relações entre o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu de Etnologia de Berlim, o Império brasileiro, a ciência oitocentista e o povo Iny-Karajá.

Catalog No. <i>VB 753</i>	No. der Or.-Liste: <i>29</i>	Acten No. <i>1573/83</i>
Einheimischer Name: <i>Acanga pema, Tanga pema</i>	Zeitalter: <i>modern</i>	
Gegenstand: <i>Keule mit Geflechtverzierung</i>	Herkunft: <i>Carajá T.</i> <i>am Tocantins und</i> <i>Araguaya Fluss</i>	
Material:		
Maasse:		
Beschreibung:		
	Rückf. Leipzig 1991/92	Sammler: <i>Dr. Netto</i> Geber:
Literatur.	Bemerkungen.	Identität:
	<i>D 22 m</i>	

Figura 1 - Ficha da borduna Iny-Karajá no acervo do Museu de Etnologia de Berlim. Foto: Rafael Andrade, Berlim, novembro de 2022.

O livro de controle das coleções do Museu de Etnologia de Berlim reforça essas relações e dá mais suporte a inscrição encontrada na ficha e na borduna. Na página 79 do Hk AmEth 12, referência do catálogo principal da Etnologia Americana, entre os arquivos digitalizados pelo Museu de Etnologia de Berlim, em que aparece a entrada 753, a borduna está registrada como parte de uma coleção proveniente de diferentes regiões e povos indígenas do Brasil. O registro é breve: uma borduna, chamada “*Acanga pema*” ou

“Tangapema”, feita de madeira, ornamentada com trançado, medindo cerca de “102 centímetros”, associada aos Karajá dos rios Tocantins e Araguaia e vinculada ao nome de Netto. A concisão do registro contrasta com a densidade histórica que ele e a presença material da borduna nos suscita. Ali, no espaço estreito de uma linha manuscrita, a borduna deixa de ser apenas uma peça armazenada em Berlim e passa a operar como indício de uma trajetória e a capital alemã.

Item	Description	Origin
749	Hohl aus einem Stück Holz 33 cm lang, gefirnisset, von einem Rieser für Pfeile / Kiba / sein von den Bahianen (Kiba)	Brasilien Netto
750	73 cm lang: Die Brasser	
751	Rufe mit vier Öffnungen hinten 13 cm lang, lackiert	
752	Reib-Apparat für Mandioca Größt mit vielen Kerbsen 38 cm lang, 12 cm hoch	Brasilien Netto
753	Runde (Ranga) von Tangapema aus Holz mit befestigten Karaja (Tocantins-Araguaia)	
754	Richter aus Holz 11 cm lang	Amazonas, Brasilien
755	Pintenfack, bemalt 7 cm hoch, 2 cm breit	Tucunas
756	Gürtel aus Mantel aus Rinde braun	Netto
757	Palmenrinde 2 Stück zusammengesetzt	Brasilien
758	Ornament, gefirnisset, bemalt, gelb 25 cm lang, 4 cm hoch	Tucunas
759	Holz, geribbter Kiefer, gefirnisset bemalt (gelb)	Netto

Figura 2 -Imagem da página 79 do Hk AmEth 12, catálogo principal da Etnologia Americana do Museu de Etnologia de Berlim. Fonte: www.recherche.smb.museum

Quando finalmente retirei a borduna para observar de perto no dia 18 de novembro de 2022, no acervo do Museu de Etnologia de Berlim em Dahlen Dorf, o número ganhou corpo, textura e densidade. A peça era longa, escura, de madeira que parecia polida pelo tempo e pelo manuseio anterior à sua musealização. Uma parte significativa de sua extensão estava recoberta por um trançado de fibras vegetais claras e escuras, formando desenhos em zigue-zague que acompanhavam o eixo do objeto. O trançado evidentemente não se apresentava como simples adorno, mas organizava a superfície, marcando a borduna visualmente, produzindo uma alternância entre madeira exposta e revestimento vegetal. Na extremidade inferior, o acabamento em madeira indicava uma área de empunhadura, com sulcos circulares e ponta trabalhada. Na

extremidade superior, a madeira escura, mais lisa e contínua, concentrava a força formal da peça no que constitui sua parte contundente. Empunhei a Borduna em um contato mediado por luvas, máscara, iluminação técnica e protocolos de conservação, mas foi suficiente para uma experiência profundamente distinta daquela oferecida pela ficha, pelos livros e registros históricos do acervo digitalizados em banco de dados disponibilizados pelo Museu de Etnologia de Berlim.



Figura 3 - Foto da borduna Iny-Karajá no acervo do Museu de Etnologia de Berlim. Foto: Rafael Andrade, Berlim, novembro de 2022.

O encontro ocorreu em uma cena típica da pesquisa em reservas técnicas: armários ao redor, luz artificial, fundo fotográfico, escala métrica, luvas azuis, jaleco branco e máscara de proteção. Todos os elementos lembravam que o acesso a borduna estava condicionado por uma ordem museológica específica, que organizava o procedimento rotineiro que eu aplicava a cada peça observada durante a pesquisa: localizar, ver, medir, fotografar, e novamente guardar. No entanto, algumas situações eu me via diante de diversas indagações, dentre estas a borduna teve grande destaque. Ela carregava marcas de uma vida anterior ao museu, de uma circulação anterior à ficha do Museu de Etnologia de Berlim, de usos, relações e significados que não se encontram integralmente preservados nos campos de registros administrativos imediatos da instituição. A pesquisa, então, não consistia apenas em “identificar” algumas peças musealizadas, mas em acompanhar o modo como diferentes regimes de inscrição e registro produziam camadas sobrepostas de sentido.

Essa sobreposição é fundamental porque a borduna VB 753 não é parte qualquer de uma coleção Iny-Karajá em Berlim. Na reflexão que desenvolvo neste artigo, mostro que ela aparece como a primeira referência conhecida Iny-Karajá nos arquivos do Museu de Etnologia de Berlim. A borduna chegou na Alemanha no contexto da permuta de 1883 entre o Museu Nacional e o então Museu Real de Etnologia de Berlim, quando Ladislau Netto e Adolf Bastian negociaram a circulação de coleções entre as duas instituições. Na ocasião, o Museu Nacional enviou a Berlim 96 peças, arqueológicas e etnográficas, entre as quais uma peça Iny-Karajá registrada como borduna “Carajá rio Tocantins e rio Araguaya”. A hipótese que orienta este artigo é que essa borduna seja a mesma que esteve na Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e que pertencia à coleção do imperador D. Pedro II.

É a condição — entre a evidência e a lacuna — que torna a borduna Iny-Karajá do Museu de Etnologia de Berlim um caso etnográfico relevante. Não há uma resposta simples sobre sua origem, circulação ou pertencimento. Ao contrário, ela nos leva a acompanhar os fios que ligam arquivos incompletos, projetos científicos, ambições do período imperial, práticas de colecionamento e relações históricas no vale do Araguaia. A borduna permite reabrir perguntas sobre quem foram os líderes Iny-Karajá envolvidos nas relações com agentes não indígenas no século XIX, como se constituíram essas posições de liderança, quais negociações sustentaram a circulação de objetos e de que modo os museus transformaram essas relações em coleções. Nesse sentido, o passado não

aparece como um lugar encerrado, mas como um campo de disputa que se atualiza no presente da pesquisa.

Diante da borduna Iny-Karajá, a coleção deixa de ser apenas um conjunto de objetos classificados por procedência étnica e passa a ser compreendida como resultado de encontros, assimetrias, alianças, violências, trocas e traduções. O número de catálogo não é apagado, mas deslocado, e deixa de funcionar apenas como instrumento de controle institucional e se torna evidência para as reflexões desenvolvidas ao longo do artigo.

A experiência de reencontrar a borduna em Berlim, portanto, foi um encontro com uma história interrompida, dispersa e parcialmente silenciada. Sendo o ensejo para um trabalho que exigiu aproximação, comparação, registros etnográficos e imaginação histórica controlada pelos documentos. Precisamente nesse intervalo entre presença material e ausência documental que a borduna se tornou uma entrada privilegiada para pensar a vida social das coleções Iny-Karajá.

Este artigo parte, portanto, do encontro com a borduna Iny-Karajá, tomada como fio condutor para investigar as conexões entre o Araguaia, o Museu Nacional e o Museu de Etnologia de Berlim no século XIX. A partir do ensejo que provoca a borduna Iny-Karajá eu pude transitar entre aldeias, projetos de ocupação do vale do Araguaia, exposições antropológicas, coleções do império, permutas científicas internacionais e reservas técnicas europeias. Ao estudar sua trajetória, busco também refletir sobre os modos pelos quais a antropologia, a etnologia e os museus produziram conhecimento sobre povos indígenas a partir da apropriação, classificação e circulação de suas materialidades. A borduna, nesse percurso, não é apenas objeto de análise. É o ponto de partida para reconstituir uma trama histórica em que coisas, pessoas, instituições e projetos nacionais se constituem mutuamente.

A coleção Iny-Karajá do Museu Nacional no século XIX

Houve, ao longo do século XX, uma paulatina separação entre campos de estudo historicamente constituídos na antropologia, envolvendo, de um lado, teorias e práticas elaboradas nas universidades e, de outro, aquelas relacionadas aos museus. Berta Ribeiro (1992), em sua síntese sobre o colecionamento no Brasil, alertou para como o campo da antropologia social no século XX se voltou para os temas da “economia, adaptação ecológica, organização social e ideologia”, ao passo que ignorava “os aspectos econômicos e ideológicos expressos nas manifestações materiais da cultura” (Ribeiro,

1992, p. 502). Considerando o distanciamento entre essas abordagens, preocupei-me, ao analisar o caso da borduna Iny-Karajá, em aproximar as áreas da antropologia social e da antropologia histórica (Pacheco de Oliveira & Quintero, 2020) do campo de estudos sobre museus e coleções.

Portanto, a proposta de uma reflexão sobre a vida social da borduna Iny-Karajá da coleção do Museu de Etnologia de Berlim me levou igualmente a considerar os dados acumulados que eu tinha dos estudos sobre as relações estabelecidas entre o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ) e o povo Iny-Karajá do rio Araguaia, na Amazônia brasileira. As coleções Iny-Karajá que eu havia estudado no Brasil, antes de chegar a Berlim, tornaram-se, desse modo, referências para aprofundar o estudo das relações sociais entre indígenas e não indígenas no rio Araguaia e, conseqüentemente, compreender melhor o trajeto que a borduna percorreu até chegar à Alemanha.

Seguir a borduna Iny-Karajá foi como navegar no mar da história entre o rio Araguaia e os museus, situando essa longa viagem entre os estudos acumulados sobre a situação das coleções no Museu Nacional antes do incêndio de 2018 (Andrade, 2023) e os dados de pesquisa que reuni durante o período em que estive em Berlim, entre 2022 e 2023 (Andrade, 2024). Desse modo, foi possível percorrer também os desdobramentos do campo da antropologia em espaços distintos, como Brasil e Alemanha. De modo geral, as coleções Iny-Karajá ganharam grande relevância a partir do século XIX, coincidindo com o surgimento da antropologia como disciplina e com sua institucionalização a partir dos museus nos Estados Unidos e em diferentes países da Europa (Stocking Jr., 1985).

A história das coleções Iny-Karajá no Museu Nacional indica uma recorrência dos colecionamentos na região do Araguaia, o que as tornou referência no campo da etnologia e da antropologia, ao mesmo tempo que apontava indícios da constância das relações mantidas entre os Iny-Karajá, os agentes que estiveram à frente dos processos de ocupação não indígena do Araguaia e os representantes de instituições de pesquisa, como os museus. Para entender o longo percurso da borduna Iny-Karajá até Berlim, proponho antes revisitar parte da história do Museu Nacional no século XIX e algumas especificidades das relações mantidas pela instituição com os povos indígenas do rio Araguaia e com o Museu de Etnologia de Berlim.

O Museu Nacional foi inaugurado em 1818, no Rio de Janeiro, inspirado em experiências institucionais europeias que vinham sendo implementadas ao menos desde o século XVIII, como o Museu Britânico de Londres, criado em 1753, e o Museu

Nacional de História Natural de Paris, que substituiu o Jardim Real de Plantas em 1793. O Museu Nacional, então denominado Museu Real de História Natural, tinha como uma de suas principais atribuições realizar pesquisas no Brasil a partir dos paradigmas da história natural.

Esse grande campo de estudos da história natural consolidou-se como uma das respostas elaboradas na esteira do iluminismo europeu do século XVIII para os problemas de um novo modo de organização social e política pós-revoluções burguesas. Foi sob a influência desse debate europeu que o Museu Nacional, como instituição de pesquisa em história natural, foi criado como uma das primeiras instituições do Brasil, ainda no período colonial, com a proposta de descrever, classificar e conhecer a então colônia em sua totalidade. O propósito de manter o domínio sobre o território em múltiplas dimensões — natural, social, econômica, cultural etc. — associava o projeto de consolidação do poder colonial-imperial ao paradigma do iluminismo europeu, uma forma de conhecer que, como propõem Adorno e Horkheimer (1996, p. 24), “se relaciona com as coisas assim como o ditador se relaciona com os homens. Ele os conhece, na medida em que os pode manipular”.

Colecionar, como ato de reunir espécimes e exemplares, foi uma das principais formas — senão uma das mais relevantes — de sustentar as iniciativas e práticas de classificação e mensuração da realidade nos museus de história natural, como o Museu Nacional. Reunir coleções associava-se diretamente ao modo de conhecer as coisas, na medida em que tornava possível manipulá-las de diferentes formas.

Nesse mesmo contexto científico do século XIX, intensificou-se o debate a respeito das coleções que faziam referência a grupos, coletivos e sociedades humanas, que na antropologia se tornaram conhecidas como coleções etnográficas ou de etnologia. A suposta garantia de manipulação do real, como base fundante do iluminismo europeu, atualizou-se nos museus, em grande medida, ao longo dos processos de formação e consolidação das coleções. Os então recortes da realidade material dos povos indígenas foram sendo definidos, objetificados, retirados de seus contextos particulares, ressignificados ou apropriados por colecionadores e expostos a visitantes e/ou colocados à disposição de outros pesquisadores (Stocking Jr., 1985). O Museu Nacional cumpriu, em grande medida, o papel de consolidar esse tipo de abordagem no Brasil do século XIX.

Até o incêndio de 2018, havia no Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional (SEE-MN) entre 30 e 35 mil peças, organizadas no terceiro pavimento superior

do Palácio da Quinta da Boa Vista. Entre as importantes coleções etnográficas do Museu Nacional estavam, antes do incêndio, as coleções Iny-Karajá, formadas em diferentes situações desde o século XIX. Trata-se do principal enfoque deste artigo, que nos ajudará a retomar os caminhos percorridos pela borduna Iny-Karajá que se encontra hoje em Berlim.

Há uma estimativa de que a coleção Iny-Karajá do Museu Nacional era composta por aproximadamente 1.700 peças (Andrade, 2023). Em trabalho anterior, apresentei o que seria o recorte do primeiro período de colecionamento das coleções Iny-Karajá do Museu Nacional, localizado prioritariamente, mas não exclusivamente, no século XIX.

Quadro 1 - Coleções Iny-Karajá do Museu Nacional antes ao incêndio de 2018 (primeiro período)

Colecionador/doador/vendedor	Ano da coleção
Dom Pedro II (Imperador do Brasil 1840-1889)	Antes de 1882
Luís Filipe Maria Fernando Gastão - Conde D'Eu (1864-1889)	Antes de 1882
Manuel de Oliveira	Antes de 1882
Coleção Cruls (Comissão Explorada do Planalto Central - expedição Cruls de 1892)	anos 1890
Antônio Pimentel (médico da Comissão Exploradora do Planalto Central – expedição Cruls de 1892)	anos 1890
Dom Eduardo Duarte e Silva (Bispo de Goiás 1891-1907)	1897
Presidente Campos Salles (presidente do Brasil 1898-1902)	1902
J. L. C. Brandão	--
Ernesto de Abreu	--
D. Antonio Pimenta	--
D. Maria Macieira	1906
Praxedes Pitanga	--
Missão Benedictina	1907
Rié	1907
Miranda Ribeiro (Desembargador)	1908

Fonte: Andrade, 2023.

A trajetória da borduna Iny-Karajá, relacionada às coleções anteriores a 1882, nos conduz em meio aos debates sobre a criação e a consolidação do Museu Nacional como instituição de pesquisa. Como sugere o *quadro 1*, apesar dos esforços significativos para consolidar a pesquisa feita no Brasil a partir do Museu Nacional, grande parte da formação do acervo ao longo do século XIX e início do século XX foi resultado de contribuições bastante diversificadas, como doações de presidentes de província, donos de terras, desembargadores, diplomatas e comerciantes.

As três primeiras entradas do quadro 1, indicadas como “antes de 1882”, aparecem primeiro no Guia feito para a Exposição Antropológica de 1882 (Museu Nacional, 1882), no qual estão registradas armas Iny-Karajá, como arcos, flechas, lanças e a borduna, bem como pulseiras, vestimentas e objetos emplumados (Agostinho, 2020). No entanto, há poucas informações sobre como D. Pedro II, Conde d’Eu e Manuel de Oliveira formaram essas coleções⁴.

Percorrer a trajetória da borduna Iny-Karajá que está no Museu de Etnologia de Berlim foi o principal ensejo para um mergulho no estudo das coleções Iny-Karajá anteriores a 1882, o que me conduziu a uma análise mais profunda sobre a história do Museu Nacional e das relações estabelecidas no vale do Araguaia. O fato de a borduna que encontrei em Berlim ter sido levada em 1883 — ano seguinte à Exposição Antropológica de 1882 — por Ladislau Netto, como parte da coleção enviada em permuta, foi um forte indício para a hipótese de que a borduna que se encontra hoje em Berlim seja a mesma borduna que foi exposta em 1882 e que pertenceu à coleção de D. Pedro II.

A Exposição de 1882 não é apenas a principal referência para compreender a coleção Iny-Karajá do Museu Nacional daquele período, mas foi também um marco para o aumento do protagonismo de áreas como a antropologia, a etnografia e a arqueologia. Sete salas foram organizadas para abordar essas três grandes áreas. No caso da coleção Iny-Karajá, o Guia da Exposição (Museu Nacional, 1882) aponta 13 entradas com o termo “Carajás”, na grafia da época. Desse modo, a coleção estava exposta da seguinte forma:

- *Sala Vaz de Caminha*: arcos da coleção de Conde d’Eu e do Museu Nacional e lanças da coleção de Conde d’Eu, Museu Nacional e Manuel de Oliveira; (Museu Nacional, 1882, p. 7-10)
- *Sala Rodrigues Ferreira*: flechas da coleção de D. Pedro II, do Museu Nacional e de Manuel Oliveira; Arcos da coleção de D. Pedro II, Conde d’Eu e Museu Nacional; e um único tacape da coleção de D. Pedro II. (Museu Nacional, 1882, p. 11-19, grifo meu)

⁴ Michele Agostinho, historiadora do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional, se dedicou a uma extensa pesquisa sobre as coleções do Museu Nacional no século XIX e a Exposição Antropológica de 1882 e também não conseguiu localizar dados mais precisos sobre a origem ou as condições nas quais foram formadas as coleções Iny-Karajá de D. Pedro II, Cond’Eu e Manuel de Oliveira (ver Agostinho, 2020)

- *Sala Gabriel Soares*: cachimbos, brincos, fio e urú feito de folhas de tacumã, todos da coleção do Museu Nacional. (Museu Nacional, 1882, p. 51-62)

Não há indicação quantitativa precisa, sendo possível apenas supor os casos em que havia uma única peça, como ocorre com a borduna, registrada como tacape da coleção de D. Pedro II na Sala Rodrigues Ferreira. Apesar de não ser possível recuperar os números exatos da coleção, é notável a forte presença das armas, sobretudo nas duas primeiras salas, que eram quase exclusivamente compostas por elas. Considerando as 13 entradas Iny-Karajá, 9 eram armas, ou seja, mais da metade. Essa não era uma especificidade das coleções Iny-Karajá, uma vez que o predomínio das armas fazia parte da estratégia de representação da diversidade dos povos indígenas por meio das coleções do Museu Nacional naquele momento, com flechas, arcos, bordunas, lanças e zarabatanas ocupando lugar de destaque nos espaços expositivos. O evento que ressaltou o protagonismo da antropologia no Brasil também apontou questões relevantes sobre a relação do Império com os povos indígenas.



Figura 4 - Exposição Antropológica Brasileira de 1882, artefatos e aspectos da vida indígena, Museu Nacional (Ferrez, 1882a)

A presença da borduna Iny-Karajá na Exposição Antropológica de 1882, registrada como um único tacape da coleção de D. Pedro II, tornou-se, portanto, uma pista

central para compreender o percurso da peça que hoje se encontra no Museu de Etnologia de Berlim. Não se trata, contudo, de afirmar uma correspondência direta e definitiva sem considerar as lacunas documentais que atravessam os arquivos. A hipótese de que a borduna VB 753 seja a mesma peça exposta em 1882 e pertencente à coleção do Imperador se sustenta justamente na aproximação entre indícios dispersos, relacionados a singularidade do tacape registrado no Guia da Exposição, sua associação à coleção de D. Pedro II, a saída de uma borduna “Carajá” do Museu Nacional em 1883, por meio da permuta conduzida por Ladislau Netto, e o registro posterior, em Berlim, de uma borduna Karajá proveniente dos rios Tocantins e Araguaia.

Desse modo, a hipótese não se apoia em um único documento conclusivo, mas em uma cadeia de correspondências históricas e registros museológicas. O ano de 1883, imediatamente posterior à Exposição Antropológica, o fato de Ladislau Netto ter levado a borduna pessoalmente junto com uma coleção para permuta com o Museu de Etnologia de Berlim e a indicação geográfica dos rios Tocantins e Araguaia, aproxima a borduna que está hoje em Berlim do tacape exposto na Sala Rodrigues Ferreira.

Nesse ponto que a borduna deixou de ser apenas um “objeto de coleção” e se apresentou como um problema histórico. Se a borduna Iny-Karajá chegou a Berlim pela permuta de 1883, e se essa peça corresponde ao tacape da coleção de D. Pedro II exposto em 1882, torna-se necessário perguntar por quais caminhos ela chegou antes ao Museu Nacional e, mais ainda, por quais relações ela saiu das aldeias Iny-Karajá para integrar uma coleção do então imperador do Brasil. A pergunta sobre a trajetória da borduna, portanto, não pode ser respondida apenas dentro dos museus. Os arquivos, documentos e a própria materialidade da Borduna, nos obriga a sair dos armários, fichas e catálogos para retornar ao rio Araguaia, onde as relações entre indígenas e não indígenas produziram as condições históricas para a formação dessas coleções.

O próximo passo, portanto, consiste em revisitar as expedições realizadas no Araguaia no século XIX, especialmente aquelas conduzidas por Couto de Magalhães e Aristides Spindola. Ambos foram presidentes da Província de Goiás no século XIX e reuniram relatos fundamentais que permitem deslocar a análise da formação das coleções no Araguaia, antes da permuta da Borduna entre museus, dando pistas importantes das condições sociais e políticas de sua possível origem. Por meio dos relatos, é possível acompanhar a atuação de lideranças Iny-Karajá, as formas de aproximação entre agentes do Império e aldeias indígenas, bem como os modos pelos quais armas e ornamentos indígenas circulavam em contextos de negociação e reconhecimento mútuo. Esses

registros oferecem fortes indícios de que a borduna que posteriormente compôs a coleção de D. Pedro II não pode ser pensada fora das relações constituídas no Araguaia em meio aos projetos imperiais de navegação, ocupação e conhecimento da região.

Assim, a hipótese sobre a borduna de Berlim exige uma dupla operação. De um lado, foi preciso seguir os rastros museológicos que conectam a Exposição Antropológica de 1882, a coleção de D. Pedro II, a permuta de 1883 e a entrada da peça no Museu de Etnologia de Berlim. De outro, foi necessário reconstruir o campo de relações que tornou possível a incorporação da borduna à coleção imperial. A partir daqui, portanto, o argumento se desloca do museu para o rio, dos registros de coleção para os relatos de viagem, dos códigos de inventário para as situações históricas em que indígenas e não indígenas negociaram e trocaram em campo complexo de relações, autoridade, circulação e poder no vale do Araguaia.

Expedições no Araguaia no século XIX

No caso específico das coleções Iny-Karajá, não encontrei registros do século XIX que indiquem a existência de expedições científicas realizadas pelo próprio Museu Nacional para reunir coleções no vale do Araguaia, tampouco há registros de pesquisadores da instituição voltados especificamente para o estudo dos povos indígenas da região.

No entanto, há registros de grandes expedições científicas estrangeiras no rio Araguaia desde a primeira metade do século XIX, como a expedição do naturalista Francis Castelnau, realizada em 1844 em nome do Museu Nacional de História Natural de Paris. A viagem, que partiu da França em 1842, tinha entre seus objetivos reunir e enviar coleções para a instituição francesa. No Araguaia, Castelnau navegou pelo braço direito formado na bifurcação do rio na altura da Ilha do Bananal, hoje conhecido como rio Javaés, em uma estratégia para evitar os conflitos com os Iny-Karajá, que, segundo seu relato, haviam interrompido as condições de navegação naquela região. A coleção reunida no Araguaia, formada em grande medida nas aldeias Xambioá, chegou a ser despachada em um pequeno barco, mas se perdeu em um naufrágio no rio Tocantins e nunca chegou ao seu destino (Castelnau, 1850).

O relato de Castelnau é importante menos pelo aprofundamento etnográfico sobre os Iny-Karajá, que ele próprio justifica como limitado em razão dos conflitos da época, e mais por situar o Araguaia como uma região marcada por disputas, tentativas de

navegação, projetos científicos e relações instáveis entre indígenas e não indígenas. Diferentemente dessas expedições estrangeiras vinculadas diretamente aos museus europeus, grande parte das iniciativas brasileiras no Araguaia, ao longo do século XIX, esteve associada à administração da então Província de Goyaz, interessada em reunir informações estratégicas para atender demandas econômicas, políticas e administrativas. É nesse contexto que ganha relevância a expedição conduzida por Couto de Magalhães na década de 1860, quando ocupava a presidência da província, cujos registros permitem aprofundar a análise sobre as relações estabelecidas com os Iny-Karajá e sobre os possíveis caminhos percorridos pela borduna antes de sua incorporação à coleção de D. Pedro II.

Couto de Magalhães era militar, iniciou sua carreira no Rio de Janeiro e, até o fim de sua vida, chegou ao posto de general. Sua primeira presidência de província foi em Goyaz, entre 1863 e 1864, mas assumiu também a presidência das províncias do Pará (1864-1866), Mato Grosso (1867-1868) e São Paulo (1889). Trabalhou em levantamentos estatísticos sobre indígenas no vale do Amazonas na década de 1870 e foi incumbido por D. Pedro II de preparar uma apresentação para a Exposição Internacional da Filadélfia, ocasião em que escreveu a obra *Trabalho preparatório para aproveitamento do selvagem e do solo por ele ocupado no Brasil: O Selvagem* (Couto de Magalhães, 1876).

A importância de Couto de Magalhães, sua relação com o Imperador e o trabalho desenvolvido com os povos indígenas no Araguaia são fortes indícios de que ele possa ter enviado uma coleção, ou ao menos algumas peças Iny-Karajá, para o Rio de Janeiro, possivelmente incorporadas à coleção de D. Pedro II. Apesar de não aprofundar a questão, Berta Ribeiro (1992, p. 499) também menciona, em um de seus trabalhos da década de 1990, a existência de coleções enviadas por Couto de Magalhães ao Museu Nacional no século XIX. Esses indícios são importantes para compreender a formação da coleção Karajá anterior a 1882. Considerando a ausência de registros oficiais que informem sobre expedições do Imperador à região do Araguaia, é bastante provável que as coleções Karajá associadas aos nomes de D. Pedro II e até mesmo do Conde d'Eu tenham resultado de presentes e envios oficiais feitos por pessoas que estiveram no Araguaia e ocupavam cargos ou posições administrativas vinculadas ao Império.

Os relatos de Couto de Magalhães (1863) apresentam dados importantes sobre a situação local dos indígenas e sua relação com os agentes do Estado à frente do projeto de ocupação não indígena do vale do Araguaia. O conflito e a violência eram constantes na realidade da região. Apesar de o relatório apresentar condições favoráveis

para a navegação, também contém relatos detalhados dos ataques Avá-Canoeiro, povo tupi que habitava uma grande extensão de terra no interflúvio entre os rios Tocantins e Araguaia.

Hostilidade e guerra são, portanto, vetores centrais que organizam o pensamento de militares como Couto de Magalhães (1863; 1876) em contextos como o do vale do Araguaia no século XIX. Há, em seu relatório, um fascínio pelas técnicas e táticas de guerra dos indígenas, muitas vezes descritas com detalhes significativos. O colecionamento das armas também sugere a força de um imaginário baseado na linguagem da violência e da conquista, presente na formação e na atuação dos agentes do Império naquele período. Nesse sentido, a presença de arcos, flechas, lanças e bordunas nas coleções oitocentistas não pode ser compreendida apenas como uma escolha classificatória dos museus, mas também como parte de uma forma mais ampla de representar os povos indígenas a partir da guerra, da resistência e da possibilidade de sua incorporação aos projetos imperiais.

Houve um aumento significativo dos investimentos na região do Araguaia por parte das autoridades provinciais e imperiais entre as décadas de 1840 e 1880. Aristides Spínola, presidente da Província de Goyaz, e Joaquim Jardim, engenheiro encarregado, publicaram um documento com informações importantes sobre o crescente interesse do Império na região, como introdução ao relatório de uma viagem pelo Araguaia em 1879 (Jardim & Spínola, 1880). Quanto aos Iny-Karajá, surge outra perspectiva, que os descreve da seguinte forma:

Estão os Carajás meio civilizados, comquanto ainda andem nus e conservem os seus costumes; fazem roças e cultivam mandioca, batatas, carás, bananas, milhos, etc.

O numero dos que habitam actualmente acima de Santa Maria não excede a 600; abaixo deste presidio existem outros aldeamentos dos mesmos índios com a denominação de Chambioás, mas não tão chegados a nós como os de que tratei acima. (Jardim & Spinola, 1880, p. 33)

O histórico apresentado como introdução do relatório recupera os marcos da ocupação não indígena do Araguaia, com uma narrativa que passa por quase todo o século XVIII e chega até a década de 1880, seguindo uma linha cronológica dos acontecimentos. O texto reconhece que haviam ocorrido inúmeras tentativas de tornar o Araguaia um rio seguro para navegação, mas sem muito sucesso até meados do século XIX. A introdução termina ressaltando que o Araguaia, no ano da viagem, 1879, seguia sendo amplamente ocupado pelos povos indígenas, com poucos povoados não indígenas ao longo do rio, que operavam como importantes entrepostos para a navegação do barco a vapor.

A parte do relatório escrita pelo engenheiro Joaquim Jardim é bastante técnica e se concentra nas condições de navegabilidade do rio, o que necessariamente incluía uma diferenciação entre os povos indígenas que seriam “dóceis” e aqueles que seriam “temidos”, categorias usadas para assinalar aqueles que se deveria evitar ou mesmo combater, em oposição aos que seriam então considerados “civilizados” (Jardim & Spínola, 1880, p. 34). Em suas conclusões, o engenheiro encarregado ressalta a importância do Araguaia não apenas pelo potencial comercial, mas também como ponto estratégico para a defesa do território imperial, sustentando a necessidade de presença e controle militar na região, inclusive por meio da criação de mais presídios e postos de controle.

Na segunda parte do relatório, é apresentado um estudo feito pelo presidente da província, Aristides Spínola, sobre os indígenas que habitavam as margens do Araguaia. As observações são mais específicas sobre os Iny-Karajá, com descrições sobre rituais, organização das aldeias, chefias e registros do *inyrybè*, língua Iny-Karajá. Ele relata, de modo geral, suas impressões durante a visita às aldeias, fazendo comentários sobre o cotidiano Iny-Karajá. Entre os registros, ressalto uma de suas primeiras observações, quando afirma que a “gente” Iny-Karajá “facilmente póde ser assimilada pela civilização” (Jardim & Spínola, 1880, p. 39).

Noções sustentadas por termos como “meio civilizados”, “facilmente assimilada” e “chegados a nós” foram, ao longo do tempo, fortes instrumentos de esquecimento e apagamento da história dos povos indígenas no Brasil. O texto de Jardim & Spínola (1880), diferentemente dos demais, descreve um quadro bastante diferente da região em um espaço de tempo relativamente curto: apenas dezesseis anos depois da expedição de Couto de Magalhães e trinta e cinco anos depois da expedição de Castelnau. Voltado majoritariamente para estratégias econômicas de escoamento da produção e de defesa militar do território imperial, o relatório faz um levantamento técnico da navegação do Araguaia, sustentando a permanência do vapor e sua importância econômica. Apesar de um evidente esforço em construir uma narrativa homogênea e pacífica da realidade social e cultural do Araguaia — como justificativa da viabilidade econômica da ocupação não indígena da região —, há, de forma ambígua, uma necessidade aparentemente incontornável de mencionar as diferenças e especificidades dos povos que habitavam as margens do rio.

Aristides Spínola não apenas registrou suas observações sobre os Iny-Karajá, mas também reuniu uma coleção. O então presidente da Província de Goiás mantinha, em

1880, contato direto com Ladislau Netto, que era diretor do Museu Nacional no mesmo período. Michele Agostinho (2020), em seu trabalho sobre a Exposição Antropológica de 1882, apresenta dados importantes sobre essa relação ao aprofundar a trajetória de José Marques Anhorô, indígena Kayapó de Goiás que trabalhou no Museu Nacional no final do século XIX. Agostinho apresenta cartas e documentos sobre a mediação de Aristides Spínola para garantir a ida de Anhorô para o Rio de Janeiro (Agostinho, 2020, p. 194). Esse é outro indício importante sobre a possibilidade de Aristides Spínola ter enviado parte da coleção Iny-Karajá, com entrada até 1882, para o Museu Nacional.

É importante ressaltar que o contexto de formação da coleção de Spínola está associado a uma narrativa de tom significativamente diferente daquela presente em Couto de Magalhães (1863). O clima de conflito, muito presente nos relatos detalhados das táticas de guerra descritas por Couto de Magalhães, aparece de forma menos privilegiada em Jardim & Spínola (1880). Em seu lugar, são mais enfatizadas as atividades cotidianas e culturais dos Iny-Karajá. O relato prioriza as boas relações estabelecidas e o grande potencial de uma relação pacífica com os povos indígenas da região. O povo Avá-Canoeiro, apesar de ainda ser indicado como “temido” por Jardim & Spínola (1880, p. 34), é ao mesmo tempo descrito como “muito reduzido pelas guerras em que constantemente vivem com as outras tribos selvagens”, amenizando, portanto, a possível “ameaça”. Desse modo, o conflito parece ocupar outro lugar na narrativa: uma preocupação ainda presente, mas amenizada ou descrita como uma questão próxima de ser resolvida. Essa perspectiva exprime o desejo da época de vislumbrar no futuro um quadro mais favorável para as ações do Império no processo de ocupação do vale do Araguaia.

Em suma, ao cotejar as três obras em questão, vai se desenhando, ao longo do século XIX, uma narrativa na qual o Araguaia passa de uma condição de grande conflito, marcada pelo fechamento da navegação por receio de ataques indígenas na região tradicionalmente ocupada pelos Iny-Karajá, como descreve Castelnau (1850), para um cenário de navegação possível, ainda que instável, como indicam os relatos de Couto de Magalhães. Suas descrições informam sobre conflitos controlados apenas o suficiente para a instalação do vapor, ao mesmo tempo que mantêm registros detalhados sobre a capacidade bélica de alguns povos indígenas, como os Avá-Canoeiro. É bastante significativo, nesse sentido, o trecho em que o general e então presidente da Província de Goiás registra: “Algum ódio profundo contra a raça branca parece dominar esses selvagens: perseguem-nos incessantemente e não dão nunca treguas” (Couto de

Magalhães, 1863, p. 84). Essa abordagem sugere a construção narrativa do inimigo, do “índio bravo” ou “feroz”, e a constatação de um estado constante de conflito.

Por fim, o relatório de Jardim & Spínola parece recolocar o conflito de forma estratégica. Apesar de presente, por ser inevitável, o conflito aparece como algo próximo de ser superado. Esse movimento se expressa na noção construída sobre os Iny-Karajá como um povo “meio civilizado” (Jardim & Spínola, 1880, p. 33), coincidindo a vontade de superação dos conflitos com o deslocamento do enfoque descritivo para os aspectos culturais e cotidianos das aldeias.

Esse exercício comparativo entre produções acadêmicas, relatos de viagem e relatórios da presidência da província permite compreender melhor a situação histórica⁵ do Araguaia. As relações entre indígenas e não indígenas no vale do Araguaia passaram por uma oscilação entre intensos conflitos, tentativas de pacificação, novos projetos de navegação e muitos investimentos, sobretudo entre as décadas de 1840 e 1880 (Jardim & Spinola, 1880). Foram cerca de quarenta anos de envolvimento das elites imperiais e locais em busca de uma solução para o avanço do comércio e da navegação pelo Araguaia, o que, na perspectiva das elites não indígenas, envolvia vencer a resistência indígena, integrando-a ou eliminando-a (Rodrigues, 2008).

O projeto de ocupação do Araguaia no século XIX certamente não surgiu como uma completa novidade naquele período. Ele atualizou ideias do passado e herdou aspectos de outros regimes de alteridade, como aqueles do período colonial, que também se sustentavam na diferença entre o “índio bravo” e o “índio colonial”, como aponta Pacheco de Oliveira (2016, p. 27). Esmiúçar os relatos e as ideias sobre a realidade da região por meio das expedições é parte importante do exercício de compreensão crítica e de antropologia histórica que proponho para o estudo da trajetória da borduna Iny-Karajá e das coleções etnográficas.

Aprofundo, em seguida, as formas pelas quais essas ideias ganharam força ao longo do século XIX e sustentaram não apenas o projeto de ocupação da região, mas também influenciaram e afetaram a formação das coleções etnográficas, entre elas a trajetória da borduna Iny-Karajá que, antes de chegar a Berlim, pode ter passado pelas

⁵ Uso a noção de situação histórica a partir de João Pacheco de Oliveira (2016) para indicar um campo de relações concretas, historicamente situado, no qual diferentes agentes, instituições, categorias classificatórias e projetos políticos produzem efeitos sobre pessoas, territórios e objetos. A expressão não designa apenas o “contexto” da formação da coleção, mas o conjunto de relações assimétricas, alianças, conflitos e mediações que tornou possível a circulação da borduna Iny-Karajá entre o Araguaia, o Museu Nacional e o Museu de Etnologia de Berlim.

redes políticas, administrativas e museológicas que ligavam o Araguaia, o Museu Nacional e a coleção de D. Pedro II.

Experiência, presença e esquecimento no vale do Araguaia

Retomar as conexões estabelecidas e indicar com precisão os caminhos percorridos por uma peça até sua incorporação ao acervo de um museu é sempre um desafio, sobretudo quando se consideram as condições concretas de colecionamento (O’Hanlon, 2002). No caso do Museu Nacional, esse exercício se tornou ainda mais difícil após o incêndio de 2018. No entanto, as coleções não estão desassociadas do tempo em que foram formadas. Por isso, mesmo diante das lacunas documentais, é possível considerar o regime de alteridade e a situação histórica subjacentes ao momento de formação da coleção, de modo a compreender as práticas de colecionamento que tornaram possível a presença da borduna Iny-Karajá no Museu Nacional e, posteriormente, em Berlim.

Nesse sentido, a borduna deve ser compreendida a partir das tensões históricas do médio Araguaia no século XIX. Como propõe Koselleck (2006), o tempo histórico pode ser pensado a partir da relação entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. A sua abordagem ajuda a compreender como os agentes imperiais projetavam sobre o Araguaia um futuro de navegação, comércio, ocupação territorial e integração dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que lidavam com um espaço de experiência marcado por conflitos, resistências, alianças e negociações. O futuro imaginado pelo Império — a região pacificada, navegável e incorporada ao projeto nacional — dependia de ações concretas no presente e de uma reinterpretação do modo de vida indígena como algo a ser superado.

Foi nesse movimento que se produziu também um esquecimento da presença indígena na formação do país. Como definiu Pacheco de Oliveira (2016), parte significativa do século XIX brasileiro foi marcada por um processo político e simbólico de apagamento dos povos indígenas da história nacional, seja pela ideia de que pertenciam a um passado anterior ao Brasil, seja pela expectativa de que seriam integrados pela civilização. O trabalho de Couto de Magalhães (1863; 1876) reverbera esse programa, já anunciado por José Bonifácio desde a Constituinte de 1823, ao sustentar a noção de que os chamados “índios bravos” seriam capazes de civilização e deveriam ser atraídos para a formação da nação.

No Araguaia, entretanto, a presença indígena era incontornável. A distância em relação aos centros de decisão do Império não significava ausência de Estado, mas a atuação de militares, presidentes de província, engenheiros, religiosos, comerciantes e viajantes que produziam informações, relatórios e estratégias para a ocupação da região. As propostas de Couto de Magalhães, por exemplo, resultaram em iniciativas práticas, como a instalação do barco a vapor, a criação de presídios, a estruturação de Leopoldina, atual cidade de Aruanã (GO), e a criação do Colégio Isabel, em 1871, voltado para crianças indígenas que deveriam atuar como intérpretes e mediadoras. Havia, portanto, uma dimensão profundamente prática no projeto de integração: conhecer os indígenas e seus territórios para melhor administrá-los, incorporá-los e explorá-los.

Essa articulação entre conhecimento e domínio aproxima o caso do Araguaia a crítica de Eric Wolf (2005) à separação artificial entre histórias indígenas e histórias ocidentais. Não se trata de pensar os Iny-Karajá como externos à história do Brasil ou como sobreviventes de um tempo anterior à nação, mas como participantes de uma mesma história, marcada por relações assimétricas, projetos econômicos, disputas territoriais e formas distintas de ação política. A borduna, nesse contexto, não é apenas um objeto retirado de uma aldeia e transportado para um museu. Ela é um vestígio material de relações concretas entre pessoas, instituições, projetos de ocupação e formas indígenas de presença e resistência no Araguaia.

O esquecimento, portanto, não significa ausência de registros. Ao contrário, ele se produz justamente pela reformulação constante de uma presença latente. Os indígenas aparecem nos relatórios, nas expedições, nas coleções e nas exposições, mas muitas vezes como obstáculos, aliados possíveis, “bravos”, “mansos”, “meio civilizados” ou “assimiláveis”. É nesse sentido que Benjamin (2012) nos lembra que todo documento de cultura é também um documento de barbárie. As coleções etnográficas, ao mesmo tempo que se apresentam como provas importantes da presença indígena, também registram as condições assimétricas, violentas e coloniais de sua formação.

A presença das armas na Exposição Antropológica de 1882 deve ser compreendida nesse quadro de assimetrias e esquecimento. Arcos, flechas, lanças, bordunas e tacapes não eram apenas peças representativas de uma cultura material indígena genericamente classificada. O protagonismo das armas indicava uma linguagem da violência, do conflito e de sua pretensa superação. Ao musealizar essas armas, o Museu Nacional também as convertia em sinais materiais de um futuro imaginado pelo Império: um futuro no qual a resistência indígena aparecia como algo vencido, controlado,

classificado e incorporado à narrativa civilizatória nacional. As armas expostas comunicavam, portanto, não apenas a diversidade indígena, mas também o horizonte de expectativa do Império: a projeção de um futuro em que a resistência indígena apareceria como vencida, controlada, classificada e incorporada à narrativa civilizatória nacional.

Esse movimento se torna ainda mais evidente quando aproximamos a Exposição de 1882 dos relatos de Jardim & Spínola (1880), nos quais os Iny-Karajá são descritos como “meio civilizados” e facilmente assimiláveis. A narrativa de pacificação não correspondia necessariamente à realidade das relações vividas no Araguaia, mas expressava a expectativa política de que o conflito estaria em vias de ser superado pelo avanço do comércio, da navegação, dos presídios, dos aldeamentos e das demais instituições imperiais. O horizonte de expectativa do Império reorganizava, assim, o espaço de experiência do Araguaia, transformando a presença indígena em problema administrativo e a violência em etapa necessária de um futuro civilizado.

As próprias práticas de colecionamento indicam que esse suposto sucesso pacificador não se concretizou sem violência. O caso de Aristides Spínola é significativo nesse sentido. Segundo Paul Ehrenreich (1891), durante sua visita às aldeias Iny-Karajá, Spínola teria ordenado que homens armados entrassem na *ijasò hetò*, a casa dos aruanãs⁶, para retirar vestimentas destinadas à sua coleção. O episódio, preservado na memória Iny-Karajá e registrado por Ehrenreich, evidencia que a formação das coleções não pode ser separada das relações de força que atravessavam o Araguaia. Conflitos, alianças e negociações criaram os arranjos sociais e políticos que tornaram possível a circulação de objetos indígenas em espaços museais como o Museu Nacional e o Museu de Etnologia e Berlim.

Assim, independentemente da forma específica pela qual a borduna chegou à coleção de D. Pedro II — se por envio oficial, presente ou intermediação administrativa —, a situação histórica em que ela estava inserida aponta para o avanço da ocupação não indígena do médio Araguaia. A borduna aparece, nesse contexto, como mais do que uma arma Iny-Karajá. Ao ser incorporada à coleção imperial e exibida no Museu Nacional, ela foi convertida em símbolo da conquista pretendida pelo Império, em linguagem material da violência e em sinal de um futuro projetado a partir de um projeto específico

⁶ Os aruanãs são ancestrais míticos do povo Iny-Karajá que aparecem nas aldeias dançando em duplas. São rituais que acontecem ao longo de todo o ano e reforçam as relações entre as famílias nas aldeias e outros coletivos sociais e ancestrais que habitam o cosmo para os Iny-Karajá. As vestimentas dos aruanãs são consideradas sagradas pelos Iny-Karajá e são ainda hoje parte de segredos, restrições e tabus, como analisei em outros trabalhos (Andrade, 2018; 2021).

de civilização. Seguir sua trajetória, portanto, permite compreender como a formação das coleções etnográficas esteve diretamente relacionada aos projetos de ocupação, conhecimento e domínio da região do Araguaia.

A chegada da borduna no Museu de Etnologia de Berlim, os navegantes do Araguaia e a *völkerkunde* alemã

Grande parte dos estudos sobre o Araguaia no século XIX foi produzido no interior dos regimes de conhecimento vinculados às estruturas administrativas do Estado. Os militares e a administração da Província de Goiás produziram quantidade significativa de informações e estudos, sobretudo no período em que se intensificaram os investimentos no vale do Araguaia, a partir da década de 1840. Embora a antropologia ainda não constituísse uma disciplina com métodos claramente definidos e com lugar privilegiado na formação dos militares brasileiros, havia usos e certo acúmulo de conhecimentos que foram aplicados nas expedições realizadas por presidentes de província, engenheiros e agentes administrativos. Os relatórios e textos sobre o Araguaia demonstram práticas próximas daquelas realizadas por viajantes, naturalistas e homens da ciência que percorriam o Brasil naquele período, muitos deles estrangeiros e, em vários casos, ligados aos museus.

Esses regimes de conhecimento, no entanto, não estavam isolados. Ao contrário, complementavam-se em trocas e intercâmbios possibilitados por relações construídas entre o Brasil e outros países, especialmente com instituições europeias. O caso da primeira coleção Iny-Karajá enviada com sucesso para a Europa, reunida por Paul Ehrenreich em 1888, deve ser compreendido a partir dessa articulação mais ampla. Para entender sua formação, é necessário considerar a relação prévia estabelecida entre o Museu Nacional e o então Museu Real de Etnologia de Berlim, o *Königliches Museum für Völkerkunde zu Berlin*, relação que criou as condições institucionais para a expedição de Ehrenreich ao Araguaia (Andrade, 2023; Entratice, 2025).

Após a Exposição Antropológica de 1882, na qual aparecem os registros das coleções Iny-Karajá mais antigas do Museu Nacional, abriram-se novas possibilidades de cooperação científica com instituições estrangeiras. Um dos casos mais importantes foi a retomada e intensificação das relações entre o Brasil e a Alemanha na década de 1880. Ladislau Netto (1870) menciona a existência de permutas entre o Museu Nacional e instituições de Berlim ao menos desde 1825, poucos anos depois da criação do museu brasileiro. Tratava-se de um período anterior à unificação alemã, quando essas relações

eram estabelecidas com a Câmara Real Prussiana de Arte, a *Preußische Königliche Kunstkammer*, localizada no Palácio Berlinense, o *Stadtschloß*, do rei da Prússia.

Essa relação entre o Brasil e a Prússia remonta, inclusive, ao próprio ano de fundação do Museu Nacional. Há uma coleção associada ao nome de Johann Centurius von Hoffmannsegg, datada de 1818, que é uma das coleções mais antigas do Brasil ainda sob a guarda do Museu de Etnologia de Berlim e que fazia parte da antiga Câmara Real Prussiana de Arte. Composta, em sua maior parte, por objetos do povo Munduruku, é possível que seu envio tenha sido mediado, ou mesmo diretamente organizado, pelo Museu Nacional ainda no ano de sua fundação. Essa longa história de relações institucionais ajuda a compreender a permuta realizada em 1883, quando a borduna Iny-Karajá chegou a Berlim.

O Museu Real de Etnologia de Berlim foi criado em 1873, dois anos depois da unificação da Alemanha. Sua criação foi resultado de um processo no qual a institucionalização da *Völkerkunde* como disciplina e área de estudos acompanhou a formação do Império Alemão, desde as guerras prussianas contra o Império Austro-Húngaro até o fim da guerra franco-prussiana, em 1871 (Gingrich, 2005). Um dos momentos marcantes desse processo foi a fundação, em 1867, da Sociedade Berlinense para Antropologia, Etnologia e Pré-História, a *Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte*. O Museu Real de Etnologia de Berlim surgiu, portanto, no contexto de uma discussão liderada por Rudolf Virchow, médico e antropólogo, e Adolf Bastian, etnólogo com formação em medicina e direito.

O novo museu foi concebido como desmembramento de uma parte da coleção da Câmara Real Prussiana de Arte, retirando dela os objetos atribuídos a povos não alemães. Sob o termo *Völkerkunde*, consolidava-se uma área importante para o desenvolvimento de pesquisas e métodos de estudo no campo da antropologia e da etnologia na Alemanha. Tratava-se de um momento decisivo para a disciplina no século XIX, construído sob uma separação entre a história do povo alemão, compreendida como folclore, e o estudo de outros povos não germânicos, que, para Bastian, estariam mais próximos da natureza e não teriam propriamente uma história. Como propõe Gingrich (2005), a antropologia conduzida sob a orientação de Bastian e Virchow era antidarwinista e postulava a unidade da humanidade de maneira enciclopédica e empiricista, mas mantinha uma divisão profunda entre o estudo historicista da própria cultura alemã e a *Völkerkunde* voltada para outros povos.

A busca de Bastian por uma suposta “verdadeira natureza humana” baseava-se no acúmulo exaustivo de conhecimento. Apenas por meio de um conhecimento enciclopédico seria possível, segundo essa perspectiva, construir uma unidade a partir da diversidade humana. As coleções eram, nesse sentido, fundamentais para viabilizar uma visão geral e ampla das diferenças existentes na humanidade. Como primeiro diretor do Museu Real de Etnologia de Berlim, Bastian passou a contar com uma instituição autônoma, separada de outras coleções da antiga Câmara Real Prussiana de Arte, voltada especificamente para o estudo de outras culturas e sociedades humanas. Era um passo importante para a institucionalização e consolidação de um espaço de relevância para a etnologia, como defendiam Virchow e Bastian naquele período.

Esse é, em linhas gerais, o quadro em que se deu a permuta de coleções entre Berlim e Rio de Janeiro em 1883, quando a primeira peça Iny-Karajá conhecida chegou à capital alemã. Tratava-se de uma relação entre dois projetos de museu que estavam sendo colocados em prática. O Museu Nacional possuía reconhecida relevância entre instituições de pesquisa interessadas na formação de coleções do Brasil. A Exposição Antropológica de 1882 não apenas reforçou a posição do Brasil em um circuito de diálogo com instituições estrangeiras, mas também alçou a antropologia e a etnologia a áreas importantes para o avanço de cooperações científicas. Esse interesse ganhou força com a atuação de Ladislau Netto na direção do Museu Nacional, primeiro como diretor interino, a partir de 1870, e depois como diretor efetivo, a partir de 1876. Sua atuação à frente do museu também levou ao seu reconhecimento na Alemanha. Segundo Fischer e Muñoz (2020), em 1882 Netto foi reconhecido como membro honorário da Academia de Ciências de Berlim e Brandenburgo, a *Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften*, e da Sociedade Berlinense para Antropologia, Etnologia e Pré-História.

A relação com a Alemanha, unificada havia pouco tempo, e com o novo museu criado especificamente para a etnologia compunha um cenário favorável às cooperações que interessavam ao Museu Nacional. Esse contexto dialogava diretamente com o projeto de Netto de construir um museu universal, bastante próximo da concepção enciclopédica defendida por Bastian. Embora o Museu Nacional fosse uma instituição de história natural, as áreas de antropologia, etnologia e etnografia ganharam grande protagonismo e foram colocadas no centro de seus projetos durante a gestão de Ladislau Netto (Anderman, 2003). Ao mesmo tempo, sua preocupação em compor um vasto e relevante acervo de povos indígenas do Brasil estava menos associada a uma suposta corrida pela salvaguarda da diversidade indígena e mais à competição com os museus

europeus pela formação de coleções científicas amplas e representativas (Anderman, 2003, p. 296).

A antropologia e a etnologia eram campos fundamentais dentro dessa proposta de museus universais, que ganhava força naquele período não apenas em Berlim e no Rio de Janeiro, mas também em outras cidades da Europa e das Américas, com seus respectivos museus de história natural e instituições especializadas em antropologia e etnologia. A relação entre Brasil e Alemanha foi fundamental para consolidar a proposta defendida pelos dois museus. Por um lado, o Museu Nacional possuía coleções brasileiras que interessavam ao projeto de Bastian em Berlim; por outro, as coleções acumuladas em séculos de história prussiana, com objetos de diversas partes do mundo, eram de grande interesse para o Museu Nacional, em um momento em que Netto buscava ampliar seu acervo com coleções de outros continentes.

Como mencionei anteriormente, as trocas entre o Museu Nacional e a Câmara Real Prussiana de Arte vinham ocorrendo desde antes da criação do Museu Real de Etnologia de Berlim. Essa relação foi retomada por Ladislau Netto quando ele restabeleceu contato com Berlim, em 1880, ao negociar diretamente com Adolf Bastian a primeira permuta entre os dois museus (Fischer & Muñoz, 2020). Em 1883 Netto e Bastian negociaram o envio de 172 objetos de Berlim para o Brasil, incluindo peças da “África, Estados Unidos, Canadá, México, Colômbia, Peru, Chile, Austrália, Nova Guiné, Sumatra, Indonésia, Europa e Pérsia”, sendo a maior parte composta por peças africanas reunidas durante expedições alemãs no continente (Fischer & Muñoz, 2020, p. 219).

Por parte do Brasil, o Museu Nacional enviou a Berlim 96 peças, tanto arqueológicas quanto etnográficas, registradas de diferentes maneiras. Algumas indicavam origem em São Paulo, Maranhão, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Amazonas; outras traziam localizações um pouco mais específicas, como Ilha de Marajó, Rio Madeira, Uaupés, Puris e Alto Amazonas; e algumas indicavam povos indígenas, como Ticuna, Botocudo, Ipurina e Guayana. Entre essas peças estava esta única peça Iny-Karajá, a borduna do imperador que percorremos sua trajetória neste artigo, registrada ainda hoje no Museu de Etnologia de Berlim sob o número VB 753, descrita como um tapete “Caraja rio Tocantins e rio Araguaya”⁷.

⁷ As permutas entre Museu Nacional e Museu de Berlim seguiram acontecendo, há outra permuta em 1888 em que Netto envia urnas funerárias marajoara. Essa relação é retomada mais tarde entre Edgar Roquette-Pinto e Max Schmidt que leva a uma permuta em 1928, em que o Museu Nacional envia coleções da Comissão Rondon para Berlim. Para aprofundar nas questões sobre as permutas entre Museu Nacional e o Museu de Etnologia de Berlim ver Fischer e Muñoz (2020).

A borduna, portanto, é a primeira referência conhecida de uma peça Iny-Karajá nos arquivos do Museu de Etnologia de Berlim. As relações estabelecidas entre Bastian e Netto, respectivos diretores dos museus em questão, foram fundamentais para viabilizar novos projetos naquele período. As permutas não apenas marcaram a cooperação por meio da troca de coleções, mas também abriram caminho para novas expedições conduzidas pelo Museu Real de Etnologia de Berlim no Brasil, especialmente em regiões que ainda não haviam sido estudadas por antropólogos ou etnólogos vinculados a esse projeto científico. As duas primeiras expedições ocorreram em 1884: a primeira foi a conhecida expedição de Karl von den Steinen ao Xingu; a segunda foi conduzida por Paul Ehrenreich no rio Doce, no mesmo ano, embora não tenha alcançado a mesma notoriedade da expedição de seu colega (Petschelies, 2018).

A primeira expedição de von den Steinen ao Xingu contou com apoio direto de D. Pedro II, das elites e dos governos provinciais, o que não ocorreu da mesma forma com Ehrenreich em 1884. Segundo Petschelies (2018), von den Steinen possuía uma ampla rede de relações no Brasil, e sua decisão de pesquisar o Xingu dialogava com os interesses do Império e das elites provinciais, que desejavam conhecer melhor uma região ainda pouco explorada e pouco conhecida do ponto de vista do Estado.

A proposta das expedições alemãs era conduzida pela perspectiva teórica de Adolf Bastian, que defendia um tipo de colecionamento distinto daquele associado aos gabinetes de curiosidades, que, segundo ele, formavam coleções para provocar espanto ou fascínio diante do que houvesse de mais exótico ao público europeu (Kraus, 2022). Para Bastian, a coleção científica precisava refletir a “normalidade” da vida indígena. Por isso, era necessário colecionar ferramentas, matérias-primas e objetos em diferentes estágios de feitura, de modo que fosse possível compreender não apenas os objetos finalizados, mas também seus processos de produção. Coleções holísticas, com grande número de objetos, registros exaustivos, escuta paciente e atenção ao ponto de vista “nativo”, como sugere Michael Kraus (2022, p. 415), foram propostas lançadas por Bastian ainda em 1885 e seguidas por Karl von den Steinen e Paul Ehrenreich. Questões que mais tarde seriam retomadas por Malinowski (1922) como novidades do trabalho de campo, mas que já apareciam, em certa medida, como aspectos fundamentais das pesquisas realizadas por naturalistas alemães no Brasil na década de 1880.

Os pressupostos teóricos e metodológicos dessas expedições seguiam, portanto, as ideias de Rudolf Virchow e Adolf Bastian. Como sintetiza Petschelies, tratava-se de “descobrir, medir e classificar os céus e a terra, além dos povos entre essas

extremidades” (Petschelies, 2018, p. 104). A América do Sul não era vista apenas como uma “terra incógnita” (Petschelies, 2018, p. 104), mas como uma terra-para-a-ciência, marcada pelo desconhecido e pelo desordenado, que precisava ser submetida à investigação científica.

A ideia de terra incógnita é importante porque, ao mesmo tempo que sustentava as decisões de pesquisa e justificava a realização das expedições, também instaurava uma demanda de atuação dos pesquisadores nesse tipo de contexto. Seguiu se estruturando, de diferentes maneiras, a concepção de um lugar inexplorado que precisava ser alcançado, de povos que supostamente ainda não teriam entrado em contato com os “civilizados”. Essa concepção se manifestava de forma recorrente, ora atualizando histórias e lendas como a do Eldorado, ora acrescentando novas camadas de sentido para gerações posteriores que continuaram perseguindo a mesma utopia de um lugar “sem contato”.

A segunda expedição ao Xingu, também coordenada por Karl von den Steinen, iniciou-se em 1887. A ideia de que ainda havia dados a serem coletados e lacunas que a primeira expedição não fora capaz de suprir levou à proposição de uma nova viagem. Dessa vez, Paul Ehrenreich integrou a equipe de von den Steinen. A expedição chegou a Cuiabá em 1888 e, em seguida, se dividiu: Ehrenreich seguiu rumo ao rio Araguaia, enquanto von den Steinen retornou à Alemanha (Petschelies, 2018). Foi durante essa expedição de 1888 que Ehrenreich reuniu a primeira coleção Iny-Karajá formada no quadro de um projeto científico ligado institucionalmente ao Museu de Etnologia de Berlim e orientado pelas premissas de Bastian e Virchow⁸.

Apesar de a concepção de uma lacuna científica estar muito presente na perspectiva do grupo alemão no século XIX, a região do Araguaia na década de 1880 já havia passado por mudanças significativas, como vimos ao percorrer a trajetória da Borduna Iny-Karajá até chegar no Museu de Etnologia de Berlim. Novos arranjos sociais haviam sido constituídos, sobretudo a partir das relações entre os Iny-Karajá e as ocupações não indígenas. Portanto, longe da ideia do Araguaia como uma terra incógnita — imagem que se reproduzia em alguns momentos nos grandes centros urbanos do Brasil e fora do país, como parte dos esquecimentos discutidos nos tópicos anteriores —, os Iny-

⁸ No Brasil essa perspectiva de pesquisa etnográfica e formação de coleções vai ser aplicada de maneira sistemática um pouco mais tarde, na primeira metade do século XX, por Curt Nimuendaju, que também seguia a abordagem de Bastian e Virchow produzindo coleções para diversos museus ao redor do mundo e no Brasil como o próprio Museu Nacional e o Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém no Pará.

Karajá estavam estabelecendo novas relações com os projetos e ações não indígenas na região, especialmente aqueles ligados à Província de Goiás. Considerando as perspectivas da ciência e da administração provincial, ainda havia questões a serem abordadas; mas, do ponto de vista da vida social no Araguaia, a região era atravessada por relações históricas, alianças, conflitos e negociações de longa duração.

A coleção de Paul Ehrenreich no Museu de Etnologia de Berlim permanece bastante diversificada, apesar das perdas sofridas no século XX, em razão das guerras mundiais e da Guerra Fria. Ela reúne adornos plumários, objetos usados em rituais funerários, utensílios de uso cotidiano, armas, instrumentos musicais e ferramentas. Na coleção, é possível perceber como Ehrenreich seguiu as propostas de Bastian, ao levar para o museu adornos em diferentes estágios de feitura, bem como amostras de matérias-primas e ferramentas utilizadas na produção das peças colecionadas. Ao todo, foram 250 objetos reunidos pelo etnólogo entre os Iny-Karajá e os Xambioá. Nos livros de registro do museu, estão assinaladas à mão as diferenças que o próprio Ehrenreich fez para classificar os povos do vale do Araguaia, como nos casos em que determinadas peças são marcadas com a grafia “Šambioa”, para se referir aos Xambioá, mais ao norte, e “Krajahí”, para se referir aos Iny-Karajá da região da Ilha do Bananal.

O trabalho de Ehrenreich (1891) produziu registros importantes sobre a situação dos povos indígenas no Araguaia na década de 1880. Suas ideias foram aceitas e discutidas na antropologia europeia e estadunidense ao longo das décadas seguintes, embora tenham sido mais amplamente divulgadas no Brasil apenas em meados do século XX. É notável o detalhamento e a profundidade de sua pesquisa no Araguaia, sobretudo quando comparada a trabalhos anteriores, como os de Castelnau (1850) e Couto de Magalhães (1863; 1876). O etnólogo alemão produziu mapas detalhados da presença Iny-Karajá e Xambioá ao longo de todo o trajeto percorrido no rio Araguaia, indicando os pontos em que encontrou aldeias. Também registrou narrativas, fez anotações sobre a língua, anotou nomes dos objetos colecionados em *inyrybè* e produziu observações sobre organização social, parentesco, economia, rituais e técnicas de feitura de objetos.

O trabalho de Ehrenreich inaugura uma série de pesquisas conduzidas por alemães no Araguaia no final do século XIX e ao longo do século XX. Considerando as coleções do Museu de Etnologia de Berlim, outra expedição importante foi realizada por Wilhelm Kissenberth entre 1907 e 1909 (Kraus, 2015). Kissenberth reuniu para o museu

402 peças Iny-Karajá e Xambioá, quase o dobro da coleção de Ehrenreich⁹. São as duas maiores coleções Iny-Karajá ainda hoje sob a guarda do Museu de Etnologia de Berlim e ajudam a compreender as propostas metodológicas da época, bem como a formação e consolidação da antropologia e da etnologia como áreas de pesquisa.

Portanto, ao longo do século XIX, o Araguaia passou a ser alvo de diferentes interesses e projetos. As coleções eram fundamentais para os não indígenas que chegavam à região e tentavam estabelecer relações com os Iny-Karajá, seja em nome dos projetos da Província de Goiás, do Império brasileiro ou, como demonstra o trabalho de Ehrenreich, dos museus e das coleções científicas associadas à constituição da etnologia e da antropologia como disciplinas em outros países, como a Alemanha. As coleções eram, assim, parte indissociável desses projetos. No caso brasileiro, o Museu Nacional era, naquele momento, uma das principais instituições que tentava concentrar os esforços de formação de um acervo o mais completo possível sobre o Brasil.

Na comparação entre o Museu Nacional e o Museu de Etnologia de Berlim, é possível notar histórias institucionais muito diferentes, mas também aproximações importantes. Ambas as instituições estavam relacionadas a situações históricas específicas e a seus respectivos projetos nacionais. Ao mesmo tempo, as ideias que circulavam na época permitiram cooperações fundamentais para o avanço dos projetos no campo da etnologia e da antropologia. O Museu Nacional, como discutido, estava profundamente relacionado ao projeto do Império, sobretudo no Segundo Reinado, quando a instituição se alinhava aos interesses de D. Pedro II. Esse contexto coincide com o momento em que, a partir da década de 1870, a antropologia ganha grande protagonismo no museu por meio da atuação de Ladislau Netto.

É nessa conjuntura que as relações com Berlim se intensificam, revelando interesses compartilhados em torno da construção de museus universais, capazes de acumular um conhecimento enciclopédico sobre a humanidade. O Araguaia entra nesse processo de duas maneiras: no caso brasileiro, de forma indireta, por meio das coleções formadas no contexto das ações provinciais e imperiais; no caso alemão, diretamente associado aos projetos coordenados por Adolf Bastian à frente do Museu de Etnologia de Berlim. Ao mesmo tempo, no Brasil, intensificavam-se os interesses sobre o grande rio

⁹ No Museu de Etnologia de Berlim há ainda outras coleções Iny-Karajá menores reunidas ao longo do século XX, formadas na região do Araguaia e que estão registradas com nomes como Günther Hartmann, Gothardt, Harald Schultz, Budweg e uma coleção comprada em São Paulo em um local que consta nos registros como Estúdio Guarujá.

Araguaia, o que produziu novos arranjos sociais e novas relações entre os Iny-Karajá e os não indígenas que transitavam pela região ou tentavam ali se estabelecer. Nesse cruzamento entre projetos imperiais, científicos e museológicos, a borduna VB 753 aparece como uma peça que liga a coleção de D. Pedro II, a Exposição Antropológica de 1882, a permuta de 1883 e a entrada dos Iny-Karajá como “objeto de pesquisa” no horizonte da Völkerkunde alemã.

A borduna Iny-Karajá entre o rio Araguaia e Berlim

Refletir a partir da vida social da borduna Iny-Karajá permitiu percorrer uma rede de relações que atravessa aldeias no médio Araguaia, projetos imperiais de ocupação territorial e diferentes práticas de colecionamento. A borduna não aparece, nesse percurso, apenas como uma peça deslocada de seu contexto original, mas como prova material de relações históricas nas quais indígenas, militares, presidentes de província, naturalistas, diretores de museus e instituições científicas estiveram diretamente implicados.

A hipótese de que a borduna hoje em Berlim seja a mesma que pertenceu à coleção de D. Pedro II e esteve exposta em 1882 no Museu Nacional não pôde ser confirmada de forma definitiva pelos registros disponíveis. No entanto, os indícios reunidos ao longo deste artigo tornam essa hipótese historicamente consistente. A existência de uma única borduna Iny-Karajá registrada como tacape da coleção do Imperador na Exposição Antropológica de 1882, a permuta realizada por Ladislau Netto com Adolf Bastian no ano seguinte e a entrada, em Berlim, de uma peça Iny-Karajá identificada como tacape “Carajá” dos rios Tocantins e Araguaia formam uma cadeia documental que não deve ser tratada como coincidência. A ausência de uma prova conclusiva não encerra a análise, ao contrário, torna ainda mais necessário compreender a situação histórica que tornou possível a circulação e a trajetória da borduna.

A situação histórica em questão aponta para uma primeira contradição fundamental. A borduna chegou a Berlim por meio de uma cooperação científica entre museus, mas sua presença em uma coleção europeia não pode ser separada dos interesses imperiais no Araguaia. Antes de ser incorporada ao horizonte da etnologia alemã, a borduna esteve inserida em um contexto marcado pelo avanço da ocupação não indígena, pela intensificação da navegação, pela criação de presídios, pela instalação do barco a vapor, pela constituição de entrepostos e pela tentativa de produzir novas formas de

controle sobre os povos indígenas da região (Andrade, 2023). Nesse sentido, o caminho da borduna até Berlim passa antes pelo projeto brasileiro de transformar o Araguaia em um eixo econômico, administrativo e estratégico do Império.

A presença das armas nas coleções Iny-Karajá do Museu Nacional e, de modo particular, na Exposição Antropológica de 1882, deve ser compreendida nesse quadro. Arcos, flechas, lanças e bordunas não eram apenas expressões da cultura material indígena, mas também sinais de uma relação política atravessada pela violência, pelo desejo de pacificação e pela expectativa de incorporação dos povos indígenas ao projeto civilizatório imperial. Musealizadas, essas armas passavam a indicar, para o Império, uma forma de domínio sobre aquilo que antes aparecia como resistência. A borduna, portanto, não apenas representava os Iny-Karajá, ela era convertida em linguagem material da conquista pretendida, em vestígio de uma presença indígena que se desejava controlar, classificar e integrar.

É nesse ponto que a obra de Couto de Magalhães se torna central para compreender a dimensão política desse processo. Em *O Selvagem*, escrito por incumbência de D. Pedro II no contexto da Exposição Internacional da Filadélfia, a questão indígena aparece associada ao futuro econômico e territorial do Brasil. Couto de Magalhães não tratava os povos indígenas apenas como objeto de curiosidade científica, mas como problema prático de Estado. O “amansamento do selvagem”, a assimilação por meio dos intérpretes, o estudo das línguas e o aproveitamento dos indígenas e de suas terras eram apresentados como condições para o povoamento, a comunicação, a exploração econômica e o engrandecimento do Império (Couto de Magalhães, 1876). A presença indígena era incontornável, mas deveria ser reorganizada segundo os interesses da nação.

A obra de Couto de Magalhães expressa, portanto, uma antropologia administrativa e imperial, mesmo que ainda não formulada como disciplina nos termos que se consolidariam posteriormente. Seu interesse pelo indígena estava ligado à possibilidade de transformar diferença em trabalho, território em riqueza e mediação linguística em instrumento de governo. O indígena era reconhecido como portador de conhecimentos, habilidades e capacidades indispensáveis ao avanço sobre o interior, mas esse reconhecimento estava subordinado a um projeto de assimilação. A alteridade indígena não era negada simplesmente, mas era capturada como recurso para a construção do futuro do império.

A obra de Paul Ehrenreich, por sua vez, apresenta outra forma de aproximação. Sua viagem ao Araguaia e sua pesquisa sobre os Iny-Karajá e Xambioá foram realizadas no quadro da *Völkerkunde* alemã e vinculadas ao Museu Real de Etnologia de Berlim. Diferentemente de Couto de Magalhães, Ehrenreich não escrevia prioritariamente para propor uma política de integração dos indígenas ao Estado brasileiro. Seu trabalho se organizava a partir de outra ambição intelectual: registrar, classificar, comparar e reunir dados linguísticos, técnicos, rituais e materiais sobre os povos do Araguaia, em diálogo com os pressupostos teóricos de Adolf Bastian e com o projeto enciclopédico da etnologia alemã.

Essa diferença não elimina as assimetrias que também atravessavam a pesquisa alemã. A busca pela chamada “terra incógnita” e por regiões ainda pouco conhecidas pela ciência europeia produzia outro tipo de apagamento. Ao apresentar o Araguaia como espaço a ser descoberto, medido, classificado e preenchido por coleções científicas, a *Völkerkunde* alemã atualizava uma imagem de vazio epistemológico. No entanto, como procurei demonstrar, o Araguaia do final do século XIX não era uma região sem história, sem relações ou sem mediações. Era um território densamente atravessado por alianças, conflitos, expedições, aldeamentos, navegação, comércio, presídios, projetos provinciais e imperiais, além da própria presença ativa dos Iny-Karajá na negociação dessas relações.

A contradição se torna ainda mais evidente quando se observa que a borduna chega a Berlim antes da expedição de Ehrenreich ao Araguaia. O primeiro objeto Iny-Karajá conhecido no Museu de Etnologia de Berlim não foi resultado da busca alemã pela terra incógnita, mas da permuta com o Museu Nacional, instituição profundamente vinculada ao projeto imperial brasileiro. Assim, antes que a etnologia alemã chegasse ao Araguaia com suas perguntas, métodos e expectativas científicas, a borduna já havia atravessado o Atlântico como parte de uma rede institucional formada entre Netto e Bastian. A peça evidencia, portanto, que o Araguaia entrou no museu alemão não apenas como campo futuro de pesquisa, mas como resultado anterior das relações brasileiras com os povos indígenas da região.

A comparação entre Couto de Magalhães e Ehrenreich permite compreender melhor essas diferenças. Em Couto de Magalhães (1876), o indígena é pensado a partir de sua utilidade para o Império: como trabalhador, intérprete, conhecedor do território, mediador da ocupação e elemento fundamental para o desenvolvimento do país. Em Ehrenreich (1891), os Iny-Karajá aparecem como objeto de uma descrição etnológica

mais sistemática, voltada para língua, rituais, técnicas, organização social, objetos e classificação de diferenças internas, como aquelas entre Iny-Karajá e Xambioá. Ambos produzem conhecimento a partir de relações assimétricas, mas seus textos respondem a projetos distintos: de um lado, o projeto político-administrativo de incorporação do território e dos povos indígenas ao Império; de outro, o projeto científico-museológico da etnologia alemã, preocupado em acumular, comparar e ordenar dados sobre a diversidade humana.

A borduna permite articular esses dois projetos sem reduzi-los a uma mesma lógica. Ela foi, ao mesmo tempo, arma Iny-Karajá, possível peça da coleção imperial, objeto exposto no Museu Nacional, item de permuta internacional e artefato etnológico em Berlim. Sua trajetória mostra como a vida social das coisas (Appadurai, 2008) pode revelar conexões que os arquivos institucionais, quando lidos isoladamente, tendem a separar. Ao seguir a borduna, foi possível observar como a história dos museus, a história das expedições, a história da ocupação do Araguaia e a história da antropologia se encontram em uma mesma trama.

Nesse sentido, as coleções Iny-Karajá não devem ser tomadas apenas como conjuntos de objetos preservados em museus. Elas são também registros materiais de relações sociais, políticas e intelectuais que tornaram essas instituições possíveis. Por um lado, são provas da presença histórica e da especificidade sociocultural dos Iny-Karajá no Araguaia. Por outro, também revelam os desejos civilizatórios, integracionistas e classificatórios que marcaram sua formação no século XIX. As coleções conservam tanto a força da presença e resistência indígena quanto os mecanismos de sua objetificação.

É por isso que os estudos de proveniência são fundamentais. Eles não devem ser entendidos apenas como uma tentativa de identificar datas, nomes de colecionadores, rotas de circulação ou documentos de entrada nos museus. Esses dados são indispensáveis, mas o estudo de proveniência precisa ir além deles. Trata-se de reconstruir as situações históricas nas quais os objetos foram trocados, apropriados, enviados, classificados e ressignificados. No caso da borduna Iny-Karajá, a proveniência não diz respeito apenas ao caminho entre o Araguaia, o Rio de Janeiro e Berlim, mas às relações de poder que tornaram esse caminho possível.

Ao retomar a vida social da borduna, este artigo procurou também reafirmar a importância de uma leitura crítica das coleções etnográficas a partir da antropologia histórica e social. A separação entre o estudo com povos indígenas e o estudo das coleções museológicas dificulta a compreensão de ambos os campos. As trajetórias dos objetos

não estão separadas das trajetórias das pessoas, dos grupos sociais, das instituições e dos projetos políticos que as atravessam. A borduna VB 753 demonstra que uma peça aparentemente silenciosa, guardada em uma reserva técnica em Berlim, pode reabrir a história do Araguaia, do Museu Nacional, da etnologia alemã e das formas pelas quais os povos indígenas foram representados, classificados e incorporados aos projetos de nação e ciência no século XIX.

Por fim, a borduna não encerra a história que este artigo buscou reconstruir. Ela abre um campo de questões. Seu percurso evidencia que as coleções etnográficas não são restos de um passado imóvel, mas arquivos materiais de relações ainda disputadas no presente. Ao seguir seus rastros, não se trata apenas de perguntar como uma borduna Iny-Karajá chegou a Berlim, mas que histórias foram produzidas, apagadas e reorganizadas para que essa chegada fosse possível. É nesse movimento que os estudos de proveniência, a vida social das coisas e a antropologia histórica podem contribuir para deslocar as coleções do lugar de simples testemunhos da diferença e recolocá-las como evidências das relações sociais, políticas e intelectuais que constituíram a própria história da antropologia.

Referências

Adorno, T; Horkheimer, M. O conceito de Iluminismo. In.: *Os pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

Agostinho, M. de B. *O Museu Nacional, o Império e a conquista dos povos indígenas: história, ciência e o poder na Exposição Antropológica Brasileira de 1882*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Andermann, J. Empires of Nature. *Nepantla*. Views from the South 4, n. 2. p. 283-315, 2003.

Andrade, R. S. G. de. *Os huumari, o obi e o hàri: relações entre coisas e pessoas nas práticas xamânicas Iny*. Goiânia: Editora UFG, 2021.

_____. Colecionando segredos: os *aruanãs* e as práticas de colecionamento no médio Araguaia. *Soc. e Cult.* v. 21, n. 1, 2018.

_____. *Wèdu aõna, as coisas do chefe: protagonismo indígena e experiência nas coleções Iny-Karajá do Museu Nacional*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

_____. *Research Report: Iny-Karajá collections in German ethnology museums*. [Relatório de pesquisa apresentado à Gerda Henkel Stiftung e ao Programa de Pós-

graduação em Antropologia Social do Museu Nacional-UFRJ] Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2024.

Appadurai, A. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

Benjamin, W. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

Castelnau, F. *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Para, exécutée par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 à 1847 sous la direction de Francis de Castelnau*. Paris: P. Bertrand, 1850.

Couto de Magalhães, J. V. *Trabalho preparatório para aproveitamento do selvagem e do solo por ele ocupado no Brasil: O Selvagem*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1876.

_____. *Viagem ao Araguaya*. Goyaz: Typographia Provincial, 1863.

Ehrenreich, P. Beiträge zur Völkerkunde Brasiliens. *Veröffentlichungen aus dem kgl. Museum für Völkerkunde*, II, Berlin, 1891.

ENTRATICE, Henrique Gonçalves. *Sobreviver em Confinamento Museológico: Ritxòkós Ix̣ybiòwa, Deiscência dos Arquivos, e Retomadas na Terra Indígena Xambioá*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, 2025.

Fischer, M.; Muñoz, A. The Connectedness of Archives: Museums in Brazil and Europe. *Indiana*, v. 37, n. 2, p. 205-235, 2020.

Gingrich, A. The German-Speaking Countries. In: Barth, F.; Gingrich, A.; Parkin, P.; Silverman, S. *One Discipline, Four Ways: British, German, French, and American Anthropology*. Chicago and London: University of Chicago Press, 2005.

Jardim, J. R. de M.; Spinola, A. de S. *O rio Araguaya*. Relatório de sua exploração pelo Major d'Engenheiros Joaquim R. de Moraes Jardim, precedido de um resumo histórico sobre sua navegação pelo Tenente-Coronel d'Engenheiros Jerônimo R. de Moraes Jardim, e seguido de um estudo sobre os índios que habitam suas margens, pelo Dr. Aristides de Souza Spinola, Presidente de Goyaz. Goyaz: Tyographia Rovincial, 1880.

Koselleck, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

Kraus, Michael. "More news will follow" – Wilhelm Kissenberth's ethnographic photographs from Northeast and Central Brazil. In: FISCHER, Manuela; KRAUS, Michael (Eds.). *Exploring the Archive: Historical Photography from Latin America. The Collection of the Ethnologisches Museum Berlin*. Köln: Böhlau Verlag, 2015.

Kraus, Michael. Developing Fieldwork in the South American Lowlands: Debates and Practices in the Work of German Ethnographers (1884–1928). In: ROSA, Frederico Delgado; VERMEULEN, Han F. (Eds.). *Ethnographers Before Malinowski: Pioneers of Anthropological Fieldwork, 1870–1922*. New York: Berghahn Books, 2022.

Malinowisk, B. *Argonauts of the Western Pacific: An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. London: Routledge; New York: E.P. Dutton & Co., 1922.

Museu Nacional do Rio de Janeiro. *Guia da exposição Anthropologica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuxingner & Filhos, 1882.

Netto, L. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.

O'Hanlon, M. Introduction. In: _____.; Welsch, R. (eds.). *Hunting the gatherers*. Ethnographic Collectors, agents and agency in Melanesia, 1870-1930s. USA: Bergahn Books, 2002.

Pacheco de Oliveira, J.; Quintero, P. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. *Horizontes Antropológicos*, n. 58, p. 7-31, 2020.

Pacheco de Oliveira, João. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "Pacificação, Regime Tutelar e Formação de Alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

Petscheli, E. Karl von den Steinen's Ethnography in the Context of the Brazilian Empire. *Sociologia e Antropologia*. v.8, n. 2, p. 543-569, 2018.

RIBEIRO, Berta G. Museu e memória. Reflexões sobre o colecionamento. *Revista de Antropologia*. v. 30-32, 1992.

Rodrigues, P. de M. *A caminhada de Tanỹxiwè: uma teoria Javaé da História*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Chicago, Illinois, 2008.

Stocking Jr., G. W. (ed.). *Objects and Others: essays on museums and material culture*. History of Anthropology. Vol 3. London: The University of Wisconsin Press, 1985.

Wolf, E. R. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.